Aprovado c/ 90% do capital Social em Assembleia Geral realizada aos 5 dias de dezembro de 2025

05/12/2025

RESITEJO

Proposta 250_DG Assunto: Orçamento 2026	Despacho do C.A.: Reunido a 31/10/25, o Conselho de Administração aprovou nos termos da alínea K) do nº1 do artigo 25 do Estatuto de Sociedade remeter o parecer p/ parecer do Órgão Único 31/10/25

Exmos. Senhores Membros do Conselho de Administração,

Na sequência da elaboração do Orçamento, Plano de Atividades e Plano de Investimentos para 2026, vimos por meio desta submeter à vossa apreciação uma proposta que reflete uma análise rigorosa da situação atual e futura da RSTJ. O presente documento é elaborado em estrita conformidade com os Estatutos da Sociedade e com o quadro legal aplicável, e tem como objetivo central alertar para a situação crítica em que a Empresa se encontra e propor o caminho indispensável para a sua viabilidade.

O contexto atual é marcado por uma profunda instabilidade contratual. O processo de revisão do Contrato de Gestão Delegada (CGD) para o período 2025-2029, iniciado em fevereiro de 2024, sofreu significativos atrasos devido a fatores externos, mantendo-se em vigor o contrato de 2020-2024. Importa recordar que este contrato viu o seu Estudo de Viabilidade Económica e Financeira severamente comprometido desde o início, fruto da não materialização de receitas previstas, o que resultou numa quebra superior a dois milhões de euros anuais. A falta de uma revisão extraordinária para ajuste tarifário fragilizou, desde então, a nossa sustentabilidade financeira. Esta situação de incerteza é agravada pela cessação, em 2025, do contrato de partilha de infraestruturas com a Tradolixo, que representava uma receita garantida de cerca de 683 mil euros, acentuando ainda mais a nossa vulnerabilidade.

A este cenário contratual junta-se um imperativo ambiental inadiável. A Declaração de Impacto Ambiental (DIA), com prazo de validade até 31 de julho de 2027, estabelece um conjunto de condicionantes que exigem a realização de investimentos urgentes, sob pena de ficarmos sem a licença necessária para operar. Estes investimentos, essenciais para o cumprimento da lei, ascendem a aproximadamente 13,8 milhões de euros e abrangem áreas críticas como a selagem progressiva da Célula 2 do aterro, a construção de redes de drenagem de águas residuais e a implementação de soluções para a gestão de lixiviados.

Paralelamente, a RSTJ definiu uma visão estratégica ambiciosa materializada no PAPERSU 2030, aprovado pelos seus órgãos sociais. Este plano prevê um conjunto de investimentos na ordem dos 27,3 milhões de euros, destinados a modernizar e expandir o sistema, nomeadamente através da aquisição de nova frota de recolha, da construção de uma nova linha de triagem de embalagens, do reforço da rede de ecocentros e da implementação de uma linha dedicada à valorização de biorresíduos. A estes somam-se outros investimentos necessários, como a aquisição de terreno e a construção da Célula 3 do aterro, cuja vida útil da Célula 2 termina previstamente em 2029, num valor global adicional de cerca de 7,6 milhões de euros. No total, o plano de investimentos identificado para assegurar o futuro da Empresa ascende a cerca de 48,7 milhões de euros.

De forma proativa e responsável, a RSTJ já avançou com a submissão de candidaturas a fundos comunitários no âmbito do PT2030, no valor de aproximadamente 12,3 milhões de euros, assegurando uma taxa de comparticipação de 80% para as despesas elegíveis. No entanto, a execução destes investimentos e a própria capacidade de assumir a contrapartida financeira de cerca de 2,5 milhões de euros estão inteiramente dependentes da existência de um enquadramento contratual estável e adequado.

Perante este quadro, importa deixar absolutamente claro que o orçamento para 2026 que agora apresentamos, na ausência do novo CGD, não permite cumprir com as condicionantes da DIA, nem com os investimentos estratégicos do PAPERSU e das candidaturas submetidas. A própria ERSAR alerta que a RSTJ não dispõe de um CGD revisto, colocando-nos numa posição de não conformidade com o regime jurídico e impedindo a aprovação de uma tarifa que reflita a realidade económica e operacional.

Assim, a aprovação do novo Contrato de Gestão Delegada para 2026-2030 não é uma mera formalidade, mas sim a condição "sine qua non" para a própria viabilidade da RSTJ. Só com um contrato revisto e um Estudo de Viabilidade Económica e Financeira aprovado poderemos ajustar o presente orçamento, assegurar a nossa estabilidade operacional no curto e médio prazo e, acima de tudo, cumprir com as nossas obrigações legais e ambientais. O compromisso de toda a estrutura acionista é, por conseguinte, fundamental e essencial para o futuro da empresa e para a qualidade do serviço prestado aos municípios.

O Plano de Atividades para 2026, aqui delineado, organiza-se em torno de eixos estratégicos que só serão exequíveis com este novo alicerce contratual, a garantia da qualidade e continuidade dos serviços; o cumprimento das metas ambientais; o incentivo e otimização das recolhas seletivas; o investimento em infraestruturas críticas; e a promoção da eficiência e sustentabilidade financeira.

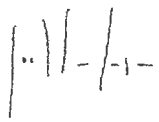
Em conclusão, apelamos à Vossa compreensão e ação urgente. A RSTJ posicionou-se de forma antecipada, identificando as necessidades, elaborando uma estratégia clara e assegurando financiamento comunitário. Agora, está nas mãos dos seus acionistas e órgãos de administração desbloquear o último, mas mais crítico, elemento: um contrato que garanta a sustentabilidade da Empresa. Aprovar o novo CGD é um investimento no futuro ambiental da região e na continuidade de um serviço público essencial para mais de 194 mil habitantes.

Sem mais e na expectativa de uma deliberação favorável, apresentamos os nossos melhores cumprimentos.

À consideração do Conselho de Administração,

Carregueira, 28 de Outubro 2025

o Diretor Geral



(Joel Nunes Marques)

Orçamento e plano de atividades de 2026
Plano anual de investimentos de 2026

Rua Ferro de Engomar, Eco-Parque do
Relvão, 2140-671 Carregueira
Tel. 249749010
geral@rstj.pt

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	3
APRESENTAÇÃO DA EMPRESA	10
ÓRGÃOS SOCIAIS	11
ORGANIZAÇÃO INTERNA	11
EVOLUÇÃO HISTÓRICA	14
MISSÃO E AREÁS DE INTERVENÇÃO	15
GESTÃO DE RESÍDUOS E A SUA MONITORIZAÇÃO EM 2024	16
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	19
PLANO DE ATIVIDADES PARA 2026	19
PLANO DE INVESTIMENTOS PARA 2026	21
RENDIMENTOS DE EXPLORAÇÃO	23
GASTOS DE EXPLORAÇÃO	24
ANEXOS	
ANEXO I – PLANO DE INVESTIMENTO 2026	26
ANEXO II – RENDIMENTOS DE EXPLORAÇÃO	27
ANEXO III – GASTOS DE EXPLORAÇÃO	28
ANEXO IV – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS PREVISIONAL	30
RELATÓRIO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS SOBRE OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL	31

INTRODUÇÃO

O Conselho de Administração da RSTJ – Gestão e Tratamento de Resíduos, EIM, S.A. (doravante RSTJ EIM SA), submete à vossa apreciação e aprovação o Orçamento, o Plano de Atividades e o Plano Anual de Investimentos para o exercício de 2026. A presente proposta é elaborada em estrita conformidade com o disposto nos Estatutos da Sociedade e no regime jurídico estabelecido pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

A RSTJ EIM SA opera no âmbito de um contrato de gestão delegada que abrange os Municípios de Alcanena, Chamusca, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Golegã, Santarém, Tomar, Torres Novas e Vila Nova da Barquinha. A construção deste orçamento resultou de uma análise criteriosa do nosso histórico económico-financeiro, dos compromissos assumidos e das orientações estratégicas definidas, culminando numa proposta que visa assegurar uma estrutura financeira equilibrada e sustentável, embora não permita inscrever as dotações necessárias para o cumprimento dos investimentos previstos no PAPERSU, nem tão pouco, os investimentos necessários ao cumprimento das condicionantes inscritas na Declaração de Impacte Ambiental (DIA), emitida no âmbito do processo de licenciamento único ambiental (LUA).

Contudo, importa contextualizar este documento num quadro de condicionantes críticas que urge resolver. O processo de revisão do Contrato de Gestão Delegada (CGD) para o período 2025-2029, iniciado em fevereiro de 2024, sofreu atrasos significativos devido a fatores externos, nomeadamente a instabilidade política nacional e a demora na aprovação do PAPERSU 2030. Este contexto, agravado por sucessivas propostas de atualização do modelo de cálculo das contrapartidas financeiras, impediu a finalização atempada do novo CGD e do respetivo Estudo de Viabilidade Económica e Financeira (EVEF).

Esta situação de incerteza contratual não é nova. O atual CGD, em vigor desde 2020, viu o seu EVEF severamente comprometido logo no seu início, fruto da não materialização das receitas previstas associadas aos grandes produtores e da Ecoleziria, o que resultou numa quebra de receita superior a dois milhões de euros/ano. Importa salientar que, apesar deste desvio significativo, o contrato nunca foi objeto de uma revisão extraordinária que permitisse o ajustamento da tarifa, fragilizando desde então a nossa sustentabilidade financeira.

A este cenário contratual junta-se um imperativo ambiental. Conforme supramencionado, a Declaração de Impacto Ambiental (DIA) favorável condicionada, emitida a 1 de agosto de 2023, com prazo de validade de 4 anos, ou seja, o seu período de vigência termina no dia 31 de julho de 2027, estabelece condicionantes que para serem cumpridas obrigam à realização de investimentos, cuja conclusão terá de ocorrer até à referida data, sob pena de ficarmos sem a licença necessária para realizarmos toda a nossa operação.

No quadro seguinte elencam-se as citadas condicionantes, bem como as ações a desenvolver e respetiva dotação financeira necessária.

N.º	Âmbito	Tema	Descrição	Custo com Estudos e Projetos	Materialização das Acções	Estimativa de Custos
1	Declaração de Impacto Ambiental (DIA)	**Condicionante 1** - Verificação do dimensionamento da passagem hidráulica EH 3	Apresentar demonstração de que a solução de drenagem prevista no estudo Drenagem Pluvial - Análise da passagem Hidráulica EH3" (Relatório, 26/03/2023) constante do Anexo B do Aditamento, assegura que o caudal de cheia centenário., c	15 100 €	Demonstrar o requisito em estudo	Eventualmente, decorrem alguns custos com o processo de desmatação para acesso aos trabalhos de topografia
2	Declaração de Impacto Ambiental (DIA)	**Condicionante 2** - Revisão de Plano de Exploração da célula 2	Revisão do Plano de Exploração do Aterro de modo a contemplar a minimizarão da frente de trabalho	15 975 €	Cumprimento do Plano de Exploração do Aterro. De modo a minimizar a produção de lixiviados será necessário proceder à selagem progressiva da Célula 2 existente. O custo total desta selagem final (geomembrana, solos, drenagem pluvial, etc.) estima-se em 4,2M€, faseado entre 2025 e 2031 (se as quantidades depositadas se mantiverem).	4 200 000 €
3	Declaração de Impacto Ambiental (DIA)	**Condicionante 3** - Encaminhamento para Tratamento de Concentrado	Assegurar o encaminhamento do concentrado dos sistemas de osmose inversa para tratamento e destino final adequado não sendo alternativa de tratamento a sua recirculação para as lagoas a montante do sistema de Osmose Inversa	*	Implamentação das soluções previstas no Projeto de Execução para a Selagem da Célula 1 do Aterro	*
4	Declaração de Impacto Ambiental (DIA)	**Condicionante 4** - Projeto de redes de drenagem de águas residuais e pluviais	Proceder à adequação das redes de drenagem existentes e sua ampliação, de modo a conduzirem os efluentes gerados em conformidade com a regulamentação aplicável.	56 300 €	Construção das Redes de Drenagem de Águas Residuais	1 053 971 €
5	Declaração de Impacto Ambiental (DIA)	**Condicionante 5** - Muro de Suporte	Desenvolver o Projecto para a construção de um muro de suporte na célula 1 do aterro	*	Construção de Muro de Gabiões e Redes Hidráulicas Complementares.	Executado

N.º	Âmbito	Tema	Descrição	Custo com Estudos e Projetos	Materialização das Acções	Estimativa de Custos
6	Declaração de Impacto Ambiental (DIA)	**Condicionante 8** - Reformulação do Estudo de Gestão de Lixiviados	Apresentar o "Estudo da Gestão dos lixiviados" atualizado, considerando este quantitativo total de efluentes líquidos produzidos nas instalações da RSTJ, para além dos lixiviados do aterro da RSTJ.	15 975 €	Implamentação das soluções previstas no Estudo de Gestão de Lixiviados	5 132 466 €
7	Declaração de Impacto Ambiental (DIA)	Medida de Compensação 1 - Estudo Arqueológico	Medida de compensação 1: Apresentar um projeto de investigação no contíguo sítio Carregueira (CNS 29379).	-	Execução de sondagens e elaboração de relatório técnico.	80 000 €
8	Licenciamento Ambiental N.º 81/01/2014 e OGR	Plano de Monitorização	Plano de Avaliação Estado Contaminação Solos	*	Para efeitos do plano prevê-se a realização de um conjunto de 50 sondagens para amostragem de solos com profundidades entre os 3 e 18 metros.	125 000 €
9	Licenciamento Ambiental N.º 81/01/2014 e OGR	Selagem da Célula 1 do Aterro	Fiscalização de Empreitada de Selagem do Aterro Sanitário	-	-	90 000 €
10	Licenciamento Ambiental N.º 81/01/2014 e OGR N.º 39/2019.	Selagem da Célula 1 do Aterro	Projeto de Selagem Final da Célula 1 do Aterro Sanitário	26 900 €	Implementação das Soluções Construtivas que constam no projeto de execução. Sucintamente, impermeabilização, revestimento vegetal e obras de drenagem.	3 102 135 €
TOTAL				**130 250 €**		**13 783 571 €**

Por outro lado, existem um conjunto de investimentos previstos no PAPERSU da RSTJ, E.I.M., S.A., documento estratégico aprovado pelos órgãos sociais, cujo resumo se apresenta no quadro seguinte:

N.º	Designação da Medida PAPERSU	Investimentos Previstos PAPERSU	Valores dos Investimentos Previstos	Valor Agregado por Medida	Valor Apurados
4.1	Estabelecer uma estratégia integrada de comunicação e sensibilização	Ações de comunicação e sensibilização	699 635 €	699 635 €	699 635 €
4.2	Aumentar a proximidade e otimizar a rede de recolha seletiva multimaterial	Viaturas de recolha (10 un)	1 812 500 €	11 293 900 €	11 293 900 €
		Viaturas de recolha (10 un)	1 812 500 €		
		Viaturas de recolha (10 un)	1 812 500 €		
		Viaturas de recolha (10 un)	1 812 500 €		
		Viaturas de recolha (5 un)	906 250 €		
		Viaturas de recolha (5 un)	906 250 €		
		Contentores de superfície (2500 l - 1000 un)	525 000 €		
		Contentores de superfície (2500 l - 1000 un)	525 000 €		
		Contentores de superfície (2500 l - 1000 un)	525 000 €		
		Contentores para rec PaP (40 l - 30 000 un)	656 400 €		
4.3	Reforçar e melhorar as infraestruturas de transferência e Ecocentros	Construção civil (valor global para os ecocentros)	2 000 000 €	4 688 900 €	4 688 900 €
		Contentores metálicos 30 m3 (25 un)	175 000 €		
		Contentores metálicos 30 m3 (25 un)	175 000 €		
		Unidades de transferência 30 m3 para biorresíduos (18 un)	108 900 €		
		Viaturas de transporte ecocentro (9 un)	1 254 375 €		
		Trator para semi-reboque (7 un)	975 625 €		
4.4	Implementar nova linha de triagem para plástico, metal e ECAL, incluindo a fiscalização da intervenção.	Infraestrutura e equipamentos	20 000 000 €	20 000 000 €	7 906 196 €
4.5	Implementar nova linha de alimentação dos biorresíduos à fase de compostagem	Ações 1 e 3 - Equipamentos, contratação de serviços externos	2 000 000 €	7 000 000 €	720 000 €
		Ação 2 - nova linha de valorização orgânica	5 000 000 €		
4.6	Otimizar o funcionamento da unidade de tratamento mecânico-biológico	Substituição e aquisição de equipamentos	1 500 000 €	1 500 000 €	1 500 000 €
4.7	Ampliar a capacidade de aterro	Ação 1 - Adequado funcionamento das células	8 000 000 €	23 000 000 €	0 €
		Ações 2 e 3 - Reengenharia de aterro, construção célula	15 000 000 €		
4.8	Apoiar a implementação e melhoria da gestão de resíduos à escala municipal	Estudos e outras ações	500 000 €	500 000 €	500 000 €
TOTAL			**68 682 435 €**	**68 682 435 €**	**27 308 631 €**

Importa ainda, referir outras necessidades de investimento, como sejam, a aquisição de terreno para a construção da célula 3 do aterro sanitário, pois à célula 2 atinge o seu fim de vida útil em 2029, a construção da própria célula, a renovação da frota dedicada à transferência de resíduos, a requalificação e adaptação das nossas instalações, sejam ao nível do edificado, instalações e de medidas de utilização racional de energia previstas no PREN, cujo detalhe se apresenta no quadro seguinte:

MAPA RESUMO DOS INVESTIMENTOS (2026-2030)	
Designação da Intervenção	**Investimento Estimado**
1. Construção de muro de suporte, nos paramentos da lagoa 1 de lixiviado, por via da degradação da parede de blocos aí construída e Construção de tulhas para armazenamento de vidro, plástico rígido, aço enfardado e aço a granel, para substituição das existentes, por estas revelarem falta de capacidade.	**69 320 €**
2. Construção de muro de suporte, nos paramentos orientados a norte junto à célula 2 do aterro e Construção de telheiro para estacionamento das viaturas de recolha	**74 400 €**
3. Construção de muro de suporte na base do talude com orientação este junto à lagoa 4 de lixiviado.	**20 428 €**
4. Aquisição de elevadores de 4 colunas com capacidade de 30 Ton.	**60 000 €**
5. Reabilitação de pavimentos nas vias rodoviárias de circulação das instalações da RSTJ, numa área aproximada de 15.000 m2, decorrentes das obras de implementação da nova rede de drenagem de águas residuais.	**450 000 €**
6. Ampliação da zona de estacionamento para funcionários, usando o espaço onde se encontram implantados os painéis solares fotovoltaicos.	**53 145 €**
7. Conclusão da Empreitada de Construção do Ecocentro da Chamusca	**350 000 €**
8. Construção de Estada de Acesso ao Aterro	**220 126 €**
9. Implementação das medidas de utilização racional de energia - Mure 5 (Sistema fotovoltaico para autoconsumo - UPAC); Mure 6 (Substituição dos Motores por Motores de Alta Eficiência). Estas Medidas decorrem do Acordo de Racionalixação de Consumo de Energia (2021-2028), por via da aprovação do Plano de Racionalização de Energia a que a RSTJ se encontra legalmente obrigado, enquanto consumidor intensivo de energia.	**250 000 €**
10. Implementação das medidas de utilização racional de energia. Estas Medidas decorrem do Acordo de Racionalixação de Consumo de Energia (2029-2036), por via da aprovação do Plano de Racionalização de Energia a que a RSTJ se encontra legalmente obrigado, enquanto consumidor intensivo de energia.	**100 000 €**
11. Aquisição de terreno para a construção da célula 3 do aterro e área de implantação das novas lagoas de lixiviado, conforme previsto no Plano de Gestão de Lixiviados enviado às entidades licenciadoras no âmbito do LUA.	**1 500 000 €**
12. Construção da célula 3 do aterro, uma vez que no Plano de Gestão da Célula 2 do Aterro está previsto que a vida útil do aterro termine em Setembro de 2029. O plano elaborado no ano passado considerou uma deposição no aterro de 77000 t/ano de resíduos, e estimou que o esgotamento da Célula 2 existente na data indicada. Evidentemente esta data depende das quantidades a depositar e dos métodos de exploração. • Considera-se que a deposição anual irá se manter no valor referido. • Propõe-se construção de uma célula com vida útil de mais 10 anos, dividida em 3 alvéolos. Assim o volume de encaixe a criar seria de 950000m3. • O investimento necessário estima-se em 6 milhões de euros. Seria preferível fasear o investimento, considerar 45% no ano 2029, 30% no ano 2032 e 25% no ano 2036.	**2 700 000 €**
13. Empreitada de Requalificação dos Pavilhões de Compostagem e Armazenamento de Composto	**374 591 €**
14. Fiscalização Empreitada de Requalificação dos Pavilhões de Compostagem e Armazenamento de Composto	**75 000 €**
15. Unidade de tratamento de águas residuais com sistema de ultrafiltração	**91 181 €**
16. Renting de viaturas a afetar ao serviço de transferência por um período de 60 meses. Frota constituída por 4 viaturas de 500 CV, suspensão pneumática, 44 toneladas de tara total, grua amplirrol com capacidade de 25 Toneladas.	**1 200 000 €**
TOTAL	**7 588 190 €**

Seguidamente serão apresentados os quadros resumo dos investimentos acima referidos, assim como aqueles que já se encontram com candidatura submetida ao POR 2030.

Mapa Resumo de Investimentos	
DIA	13 783 571,46 €
PAPERSU	27 308 630,80 €
OUTROS	7 588 190,31 €
TOTAL	**48 680 392,57 €**

Candidaturas Submetidas POR 2030				
Operações Candidatadas	**Valor**	**Taxa de Comp.**	**Componente Comp.**	**Componente não Comp.**
Empreitada de Selagem Final da Célula 1 do Aterro Sanitário	3 102 134,61 €	80,00%	2 481 707,69 €	620 426,92 €
Nova linha valorização dedicada biorresíduos recolha seletiva	720 000,00 €	80,00%	576 000,00 €	144 000,00 €
Construção de Nova Linha de Triagem de Embalagens	7 786 196 €	80,00%	6 228 956,80 €	1 557 239,20 €
Empreitada Req. Pavilhões Compostagem Armaz. Composto	374 590,57 €	80,00%	299 672,46 €	74 918,11 €
Sub - Total	**11 982 921,18 €**		**9 586 336,94 €**	**2 396 584,24 €**
Fiscalização de Empreitada de Linha de Triagem de Embalagens	120 000,00 €	80,00%	96 000,00 €	24 000,00 €
Fiscalização de Empreitada de Selagem do Aterro Sanitário	90 000,00 €	80,00%	72 000,00 €	18 000,00 €
Fiscalização Empreitada de Req Pavilhões de Compostagem e Arm.	75 000,00 €	80,00%	60 000,00 €	15 000,00 €
Sub - Total	**285 000,00 €**	**80,00%**	**228 000,00 €**	**57 000,00 €**
Total	**12 267 921,18 €**	**Totais**	**9 814 336,94 €**	**2 453 584,24 €**

A execução dos investimentos acima mencionados carecem da existência de um enquadramento contratual estável e adequado, cuja concretização depende da revisão do Contrato de Gestão Delegada e respetivo estudo de viabilidade económica e financeira (EVEF).

Neste sentido, importa deixar absolutamente claro que o orçamento que agora apresentamos, na ausência do novo CGD, não permite cumprir com as condicionantes da DIA, nem com os investimentos previstos nas candidaturas submetidas ao PT2030. A própria ERSAR alerta que a RSTJ não dispõe de um CGD revisto, mantendo-se em vigor, por falta de alternativa, o contrato de 2020-2024. Tal situação coloca-nos numa posição de não conformidade com o regime jurídico e impede a aprovação de uma tarifa que permita refletir a realidade económica e operacional da empresa.

Perante este quadro, a aprovação do novo Contrato de Gestão Delegada para 2026 não é uma mera formalidade, mas sim uma condição "sine qua non" para a própria viabilidade da RSTJ EIM SA. Só com um contrato revisto e um EVEF aprovado poderemos ajustar o presente orçamento, assegurar a nossa estabilidade operacional no curto e médio prazo e, acima de tudo, cumprir com as nossas obrigações legais e ambientais. O compromisso de toda a estrutura acionista é, por conseguinte, fundamental e essencial para o futuro da empresa e para a qualidade do serviço prestado aos municípios acionistas.

APRESENTAÇÃO DA EMPRESA

Denominação

RSTJ – Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M., S.A.

Pessoa coletiva e inscrição na Conservatória do Registo Comercial:

515.332.607

Objeto social:

A sociedade tem por objeto a exploração e gestão dos serviços de interesse geral de gestão de resíduos urbanos, quer em alta quer em baixa e ainda a realização de todos os serviços inerentes à limpeza urbana. A sociedade pode ainda exercer atividades no âmbito das energias renováveis e valorização energética obtida a partir de resíduos. A sociedade pode ainda exercer atividades acessórias com o seu objeto, designadamente atividades complementares ou subsidiárias à gestão de resíduos e de limpeza urbana, sistemas de informação geográfica, defesa ambiental e outras atividades inerentes à captura, alojamento e abate de canídeos e gatídeos ou outras espécies.

Capital social:

50.000,00 euros (cinquenta mil euros), correspondente a 10.000 ações nominativas, com valor nominal de 5 euros.

Estrutura acionista:

Acionistas	Valor nominal	Ações	%
Município de Alcanena	5.000,00	1.000	10%
Município da Chamusca	5.000,00	1.000	10%
Município de Constância	5.000,00	1.000	10%
Município do Entroncamento	5.000,00	1.000	10%
Município de Ferreira do Zêzere	5.000,00	1.000	10%
Município da Golegã	5.000,00	1.000	10%
Município de Santarém	5.000,00	1.000	10%
Município de Tomar	5.000,00	1.000	10%
Município de Torres Novas	5.000,00	1.000	10%
Município de Vila Nova da Barquinha	5.000,00	1.000	10%
Total	50.000,00	10.000	100%

ÓRGÃOS SOCIAIS

A composição dos órgãos Sociais da RSTJ – Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M., S.A. é a seguinte:

Mesa da assembleia-geral

Presidente
Município de Santarém
Vogais
Município de Tomar
Município de Vila Nova da Barquinha

Conselho de administração

Presidente
Município da Chamusca, representado Sr. Presidente Paulo Jorge Mira L. C. Queimado
Administradores
Município de Torres Novas, representado pela Sra. Vereadora Elvira Maria Machado Cruz Sequeira
Município da Golegã, representado pelo Sr. Presidente António Carlos da Costa Camilo

Fiscal único

Efetivo
Tocha, Chaves & Associados, SROC, Lda., representada por Paulo Dinis Delgado Chaves
Suplente
Floriano Manuel Moleiro Tocha

ORGANIZAÇÃO INTERNA

Direções e áreas operacionais:

Direção geral;
Direção de serviços administrativa e financeira;
Direção do Capital Humano;
Área de triagem;
Área de exploração;
Área de Ambiente e Sustentabilidade;
Área de tratamento de resíduos;
Área de Comunicação institucional;
Área de compras e contratos;
Área administrativa e financeira;
Área de recursos humanos

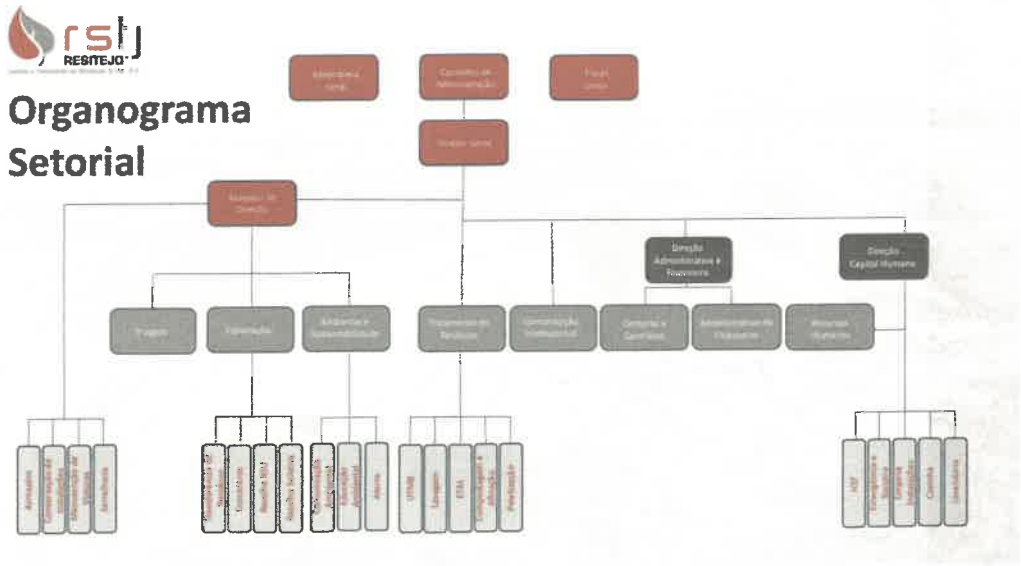
Organograma:

O organograma setorial da RSTJ EIM SA demonstra uma estrutura organizacional clara, eficiente e moderna, refletindo uma gestão eficaz e estratégica. A sua organização em áreas funcionais bem definidas, com reporte claro ao Diretor Geral e ao Conselho de Administração, garante a responsabilização e a eficiência operacional.

A Direção Administrativa e Financeira e a Direção de Capital Humano sublinham o compromisso da RSTJ EIM SA com a governança, a gestão financeira e o bem-estar e segurança dos seus colaboradores. Este organograma representa um avanço significativo na organização, permitindo uma melhor coordenação e colaboração entre direções e áreas.

A constante otimização dos processos internos e a clareza das responsabilidades contribuirão para uma maior eficiência operacional, uma melhor tomada de decisão e o fortalecimento da imagem da RSTJ EIM SA.

Os benefícios desta estrutura organizacional moderna traduzem-se numa maior capacidade de resposta às necessidades das populações e parceiros, no cumprimento dos objetivos estratégicos da empresa e na promoção da sustentabilidade.



Mapa de Pessoal:

O mapa de pessoal para 2026 resulta de uma análise estratégica das necessidades operacionais e legais em cada área da RSTJ EIM SA. Esta análise, rigorosa e abrangente, visa assegurar a conformidade legal, otimizar a eficiência dos nossos serviços e garantir a prestação de uma resposta eficaz e sustentável.

Categoria	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Diretor Geral	1	1	1	1	1	1
Assessor da Direção	1	1	1	1	1	1
Diretor de Serviço	2	2	2	2	2	2
Encarregado Geral	4	2	2	2	3	3
Responsável de Área	11	12	11	10	9	6
Técnico Superior	22	23	19	19	18	16
Encarregado	4	5	5	5	5	5
Mecânico de 1.ª	3	2	2	2	3	3
Técnico de Manutenção	4	3	3	3	4	4
Técnico de Emergência e Socorro	4	5	5	5	5	5
Motorista de Viatura de Pesados	50	57	52	50	51	51
Mecânico de 2.ª	2	4	4	4	2	2
Manobrador de Veículos Especiais	3	4	4	3	3	2
Pedreiro	4	3	3	3	3	3
Eletricista	1	1	2	2	2	2
Canalizador	1	1	1	1	1	1
Auxiliar de Manutenção	4	4	4	4	3	4
Serralheiro	4	5	4	4	4	6
Fiel de Armazém	2	2	2	1	1	1
Operador de Grua	5	5	3	3	2	2
Responsável de Cozinha	1	1	1	1	1	1
Responsável de Lavandaria	1	1	1	1	1	1
Técnico Administrativo	-	3	5	3	1	2
Chefe de Turno	4	4	4	4	4	4
Motorista de Viaturas Ligeiras	6	9	11	11	11	10
Auxiliar de Cozinha	3	3	3	3	3	3
Auxiliar de Lavandaria	2	2	2	2	2	2
Operador de Ecocentro	8	8	9	9	9	9
Auxiliar Operacional	135	135	125	120	124	128
Total	**294**	**309**	**292**	**280**	**280**	**280**

EVOLUÇÃO HISTÓRICA

A RSTJ tem as suas origens na RESITEJO – Associação de Gestão e Tratamento dos Lixos do Médio Tejo, constituída a 9 de agosto de 1996. Após quase 25 anos de operação no modelo associativo, e por imperativo legal do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, bem como por recomendação da ERSAR, a associação deu lugar à atual empresa intermunicipal, a RSTJ – Gestão e Tratamento de Resíduos, EIM, S.A., formalmente constituída a 31 de julho de 2020.

O percurso operacional da organização iniciou-se de forma marcante em maio de 1999, com a inauguração das primeiras infraestruturas de tratamento de resíduos – um Aterro Sanitário, sete Estações/Centros de Transferência e sete Ecocentros –, um marco fundamental que pôs termo à deposição de resíduos em lixeiras a céu aberto na região. A gestão destas infraestruturas foi inicialmente delegada, transitando para a esfera da própria RSTJ em abril de 2009, altura em que assumiu a gestão integral do sistema.

A aposta na valorização de resíduos materializou-se com a entrada em funcionamento da Estação de Triagem em dezembro de 2004, altura em que a RSTJ assumiu também a responsabilidade direta pela recolha seletiva. Este compromisso com a reciclagem tem sido consistente, refletindo-se num contínuo reforço da rede de equipamentos disponíveis para a população, que conta atualmente com mais de 2.100 ecopontos.

A evolução dos serviços prosseguiu com a implementação da recolha seletiva porta-a-porta a estabelecimentos comerciais a partir de 2006, alargada a todos os municípios em 2016, e com a celebração de parcerias estratégicas, como a estabelecida com a ECOPILHAS em 2007, que consolidou a RSTJ como unidade de triagem de pilhas a nível nacional.

Um salto tecnológico significativo ocorreu com a construção e inauguração, em 2013, da moderna Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico (TMB), seguida, em 2014, pela entrada em funcionamento da central de valorização de biogás. Mais recentemente, e com o apoio de fundos comunitários, a Empresa lançou o projeto inovador "Ecoponto à Porta", em 2020, e concluiu em 2022 as operações de modernização e ampliação das instalações para produção de Composto Orgânico e Peletização de Combustível Derivado de Resíduos (CDR).

Esta trajetória reflete uma constante adaptação e modernização, sempre orientada para a excelência do serviço prestado aos dez municípios acionistas e para o cumprimento das mais exigentes metas ambientais.

MISSÃO E AREÁS DE INTERVENÇÃO

A RSTJ, é a empresa responsável pela gestão e o tratamento dos resíduos produzidos pelos municípios - Alcanena, Chamusca, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Golegã, Santarém, Tomar, Torres Novas e Vila Nova da Barquinha.

Com uma área de influência de 2.466 km2 a RSTJ tem a seu cargo dar destino final adequado às cerca de 85.000 toneladas de Resíduos Urbanos produzidas anualmente pelos 194.362 habitantes (INE, 2021 – Dados Provisórios) dos dez municípios aderentes ao sistema.

Em 2023 mo âmbito da implementação do sistema de Gestão Ambiental e no cumprimento dos objetivos de melhoria continua do desempenho ambiental o Conselho de Administração definiu a Missão, Visão e Valores referentes à identidade corporativa da RSTJ EIM SA.

Missão: assegurar a recolha e tratamento dos resíduos, garantindo o futuro sustentável dos que cuidamos.

Visão: Acompanhar a evolução tecnológica para a valorização dos resíduos. Desenvolver sistemas seguros, ambientalmente sustentáveis, socialmente responsáveis e de referência.

Valores: Espírito de equipa - responsabilidade - rigor

Área de Intervenção

GESTÃO DE RESÍDUOS E A SUA MONITORIZAÇÃO EM 2024

As quantidades de resíduos rececionados nas instalações da RSTJ EIM SA em 2024, constantes nos dados reportados no MRRU 2023 (Mapa de Registo de Resíduos Urbanos), pelo que no Relatório de Actividade apresentam-se os dados globais.

Aterro sanitário

O Aterro (célula 1) começou a receber resíduos em Maio de 1999, sendo o ano de 2020 o seu 21.º ano completo de exploração e último. A célula 2 está localizada a Nordeste da célula 1 e é constituída por quatro alvéolos, designados por 4, 5, 6 e 7 e o ano 2023 foi o 9.º ano completo de exploração.

Célula 2 do Aterro	
Ano De Exploração	Deposição (t)
2014	27.388,00
2015	70.433,00
2016	87.737,00
2017	97.509,00
2018	51.539,00
2019	55.750,52
2020	76.172,62
2021	87.123,69
2022	40.956,67
2023	24.677,35
2024	50.291,25

Estação de triagem

No ano de 2024, foram rececionados na estação de triagem provenientes dos municípios acionistas os quantitativos apresentados no quadro seguinte:

Município	Quantidades (t)								Total
	Vidro	Cartão	Plástico	Metais	Madeira	Monos	Pneus	REEE	
Alcanena	219,92	217,02	310,87	0,00	91,21	60,81	0,00	16,92	**916,75**
Chamusca	117,80	167,20	235,32	8,14	125,82	83,88	0,10	19,22	**757,48**
Constância	79,36	92,45	112,87	0,00	25,91	17,27	0,00	0,06	**327,92**
Entroncamento	286,45	432,76	473,58	0,00	217,87	145,24	0,00	8,56	**1564,46**
F.Zêzere	166,78	173,81	166,84	0,00	44,57	29,71	0,00	3,94	**585,65**
Golegã	98,05	127,59	152,48	0,00	10,69	7,13	0,00	1,02	**396,96**
Santarém	889,69	1333,89	1232,16	0,00	410,47	273,65	0,00	52,48	**4192,34**
Tomar	614,65	631,48	697,56	0,00	165,76	110,51	0,00	29,19	**2249,15**
T.Novas	532,62	635,62	772,20	0,00	106,87	71,25	0,00	18,90	**2137,46**
V.N.B.	120,48	151,52	191,70	0,00	18,27	12,18	0,00	8,33	**502,48**
Total	**3.125,78**	**3.963,32**	**4.343,40**	**8,14**	1.247,44	**811,63**	**0,10**	**158,62**	**13.658,43**

A quantidade de resíduos recicláveis rececionados na estação de triagem em 2024 provenientes de particulares/pequenos produtores foi de 264,32 t. A tabela seguinte apresenta os quantitativos de resíduos enviados para valorização em 2024. No total foram retomados 11.319,89.

Materiais resultantes do processo de triagem mecânica multimaterial

Os quantitativos de resíduos enviados para valorização em 2024 ascenderam a 11.344,58t, conforme seguinte quadro:

Materiais	2024 (t)
Vidro	3.059,22
Cartão90%	738,74
Cartão42%	2.814,54
Mescla	146,90
ECAL	146,9
PET	450,99
Filme	290,10
PEAD	222,20
Aço	280,36
Alumínio	68,63
EPS	5,02
OEP	1.385,88
PET Óleo	2,68
Plástico Rigido	27,20
Outros Plásticos	884,02
Tampinhas	53,26
REEE	153,52
Sucata Aço	635,98
Sucata Alumínio	66,14
Pneus	34,52
Total	11.319,89

Unidade de tratamento mecânico e biológico (TMB)

No ano de 2024 foram rececionados no TMB 80.675,33 t de resíduos provenientes dos 10 municípios associados (incluído os resíduos verdes), 24.839,54 t de resíduos entregues por outros sistemas e 1.268,03 t particulares/pequenos produtores, num total de 106.782,90 t.

Na figura seguinte apresenta-se a quantidade de resíduos entregues por cada um dos municípios no TMB.

Os refugos provenientes da Estação de Triagem também dão entrada no TMB, no ano de 2024 deram entrada 1.668,59 t de refugos na unidade.

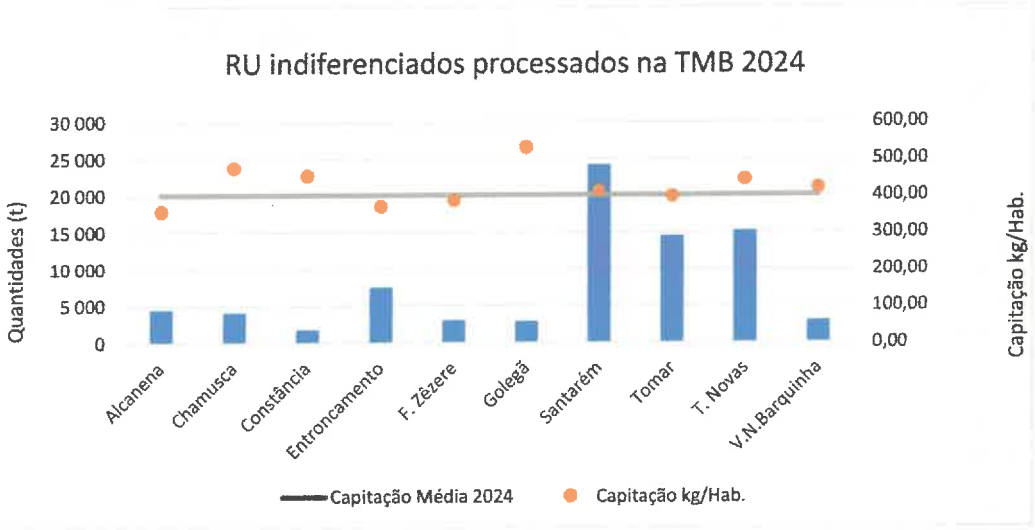


Figura 5 – Quantidade de resíduos indiferenciados entregues pelos Municípios

Foram enviados para valorização no total 8.041,04 t de resíduos, dos quais: 285,82 t de embalagens de aço; 72,11 t de embalagens de alumínio; 209,44 t de plásticos não embalagem; 169,49 t de PET; 131,74 t de PEAD; 419,18 t de PET/PEAD; 25,60 t de Filme Plástico; 1.920,70 t de material para CDR; 4.290,80 t de composto; 192,34 t de vidro.

O refugo da unidade foi de 50.234,63 t, que tiveram como destino o aterro.

Deram entrada no tratamento biológico cerca de 44.999,00 t de resíduos orgânicos provenientes do tratamento mecânico, em que 40.749,00 t foram depositadas em aterro como composto fora de especificação e 4.250,00 t foram valorizadas organicamente. Do composto produzido apenas 20,12 t foram escoados externamente. Do processo resultaram 446,25 t de refugo.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Em termos de objetivos estratégicos da empresa, destacamos os seguintes:

- Aprovação do CGD e EVEF 2026-2030
- Melhoria da qualidade dos serviços prestados aos municípios da área de intervenção;
- Aumentar os níveis de eficiência na gestão dos resíduos;
- Implementação do PAPERSU 2030 aprovado pelos Acionistas;
- Concretização das medidas corretivas previstas na Declaração de Impacto Ambiental (DIA)
- Garantia de um serviço de alta qualidade, assegurando o cumprimento da legislação nacional e comunitária.

PLANO DE ATIVIDADES PARA 2026

O Plano de Atividades para 2026 está inteiramente condicionado pela premissa fundamental que determina o futuro da RSTJ EIM, S.A.: a aprovação, com carácter de urgência, do novo Contrato de Gestão Delegada (CGD).

A prioridade máxima para o ano de 2026 é, portanto, a conclusão e implementação deste instrumento contratual, sem o qual torna-se impossível desbloquear os investimentos estratégicos, cumprir as metas ambientais e garantir a sustentabilidade económico-financeira da Empresa. A aprovação do CGD é o alicerce indispensável para a execução de todas as iniciativas previstas no Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PAPERSU 2030) e para a satisfação das condicionantes da Declaração de Impacto Ambiental (DIA), assegurando a necessária licença de operação/exploração.

Assumindo que os documentos estratégicos supramencionados serão aprovados a materialização deste cenário contratual, o Plano de Atividades para 2026 organiza-se em torno dos seguintes eixos estratégicos, alinhados com as obrigações previstas no novo CGD:

1. Garantia da Qualidade e Continuidade dos Serviços
A RSTJ empenhar-se-á na manutenção da operacionalidade e robustez de todo o sistema, assegurando a prestação contínua e de qualidade de todos os serviços sob a sua responsabilidade. Este compromisso traduzir-se-á na manutenção preventiva e corretiva das infraestruturas existentes, assegurando a sua máxima disponibilidade e eficiência.

2. Cumprimento das Metas Ambientais do PERSU 2030 e PAPERSU 2030
A atuação da RSTJ será orientada para o cumprimento rigoroso das metas nacionais e do sistema, com foco específico no incremento das taxas de Preparação para a Reutilização e Reciclagem, no aumento da Reciclagem de Embalagens e na redução da Deposição em Aterro Sanitário. A execução deste eixo é crítica para a conformidade regulatória e para a sustentabilidade ambiental do sistema.

3. Incentivo e Otimização das Recolhas Seletivas
Será dada continuidade e intensificação às iniciativas de atuação sobre a procura e a oferta do serviço. No plano material, proceder-se-á ao reforço e melhoria da rede de infraestruturas, incluindo a aquisição e colocação de novos ecopontos e a otimização dos ecocentros e estações de transferência. Paralelamente, será implementada uma estratégia integrada de comunicação e sensibilização ambiental, dirigida à população e aos agentes económicos, com o objetivo de aumentar a quantidade e qualidade dos materiais depositados na recolha seletiva.

4. Investimento em Infraestruturas Críticas e Modernização
O cumprimento das condicionantes da DIA e a ampliação da capacidade do sistema serão prioritários. Neste sentido, estão previstas as seguintes iniciativas estratégicas:

- Ampliação da capacidade de confinamento técnico do aterro sanitário, assegurando o destino final adequado para os resíduos.
- Otimização da Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico (TMB), com implementação de processamento dedicado de biorresíduos, incremento da recuperação de materiais recicláveis e melhoria da qualidade do composto produzido.
- Ampliação e melhoria da triagem de resíduos de embalagem na Estação de Triagem.
- Modernização da frota de viaturas de recolha e lavagem, garantindo maior eficiência operacional e redução da pegada ambiental.

5. Promoção da Eficiência e da Sustentabilidade Financeira
A RSTJ prosseguirá o objetivo de refletir clara e corretamente os custos da gestão de resíduos, promovendo a máxima eficiência na utilização dos recursos. Serão promovidos estudos e projetos para a evolução contínua do sistema, e serão envidados todos os esforços para maximizar as receitas próprias, nomeadamente através da valorização de fluxos específicos de resíduos.

Em síntese, o ano de 2026 representa um ponto de viragem para a RSTJ. A execução deste ambicioso plano de atividades, que assegurará a modernização do sistema, o cumprimento das metas ambientais e a prestação de um serviço público de excelência, está inexoravelmente dependente do compromisso e da rápida ação da estrutura acionista na aprovação do novo Contrato de Gestão Delegada. A sua concretização é a condição essencial para que seja possível executar os investimentos elencados.

PLANO DE INVESTIMENTO PARA 2026

O Plano de Investimentos para 2026 está intrinsecamente ligado à execução das iniciativas estratégicas definidas no Contrato de Gestão Delegada e à materialização das metas ambientais do PAPERSU 2030. No entanto, importa salientar desde já que a execução destes investimentos estratégicos está condicionada à aprovação e entrada em vigor do novo Contrato de Gestão Delegada. Este enquadramento contratual é imprescindível para conferir a necessária estabilidade financeira e jurídica que viabilize o lançamento e a conclusão dos projetos.

Neste momento, e de forma proativa, a RSTJ já deu um passo decisivo ao submeter as respetivas candidaturas a fundos comunitários, concretamente ao PT2030, assegurando assim um possível cofinanciamento fundamental para a sua concretização. O investimento total previsto ascende a 12.310.796 €, contando com um apoio FEDER correspondente a 80% das despesas elegíveis.

Os investimentos propostos, já em fase de candidatura, organizam-se em três eixos principais:

A. Triagem Multimaterial

Ação A.1 - Construção de uma nova linha de triagem de embalagens: Visa aumentar significativamente a capacidade e eficiência da triagem de materiais recicláveis, melhorando a qualidade do material a enviar para reciclagem.
Ação A.2 - Fiscalização da empreitada: Garantia da conformidade da obra com os projetos aprovados e especificações técnicas.
B. Valorização de Orgânicos

Ação B.1 - Nova linha de valorização dedicada de biorresíduos de recolha seletiva: Implementação de uma solução tecnológica para a correta valorização dos biorresíduos, contribuindo para a meta de reciclagem e desvio de aterro.
Ação B.2 - Fiscalização da empreitada do armazém/pavilhão de compostagem: Assegurar a qualidade construtiva das novas infraestruturas de suporte.
Ação B.3 - Pavimentação do armazém de compostagem e revestimento das fachadas do pavilhão de compostagem: Conclusão das obras necessárias para a plena operacionalidade da unidade.
C. Aterro Sanitário

Ação C.1 - Selagem da célula 1: Encerramento ambientalmente seguro de uma das células do aterro, um imperativo técnico e legal.
Ação C.2 - Projeto de execução da selagem: Elaboração da documentação técnica necessária para a obra.
Ação C.3 - Fiscalização da empreitada: Supervisão técnica da execução da selagem.
Ação C.4 - Plano de exploração do aterro: Instrumento de gestão fundamental para garantir a operação segura e eficiente da infraestrutura a médio e longo prazo.
Objetivo Estratégico e Conclusão

O objetivo global destes investimentos é contribuir diretamente para a meta da preparação para reutilização e reciclagem, representando em 2028 um contributo na ordem dos 15,4%. Paralelamente, serão um fator decisivo para o aumento global da taxa de reciclagem e a consequente redução da deposição de resíduos em aterro, assegurando o cumprimento das metas ambientais previstas no PERSU 2030.

Em síntese, a RSTJ posicionou-se de forma antecipada e responsável, ao lançar as candidaturas que garantem a viabilidade financeira destes investimentos críticos.

Contudo, sem a aprovação do Contrato de Gestão Delegada, que define o modelo de financiamento e

assegura a sustentabilidade da empresa, a RSTJ não terá a capacidade legal e orçamental para assumir os compromissos financeiros associados à sua parte de cofinanciamento e à execução dos investimentos. A aprovação do contrato é, portanto, o elemento catalisador que permitirá transformar este o plano de investimentos numa realidade, concretizando os objetivos ambientais e de serviço público que unem a RSTJ e os seus municípios acionistas.

Em anexo apresenta-se o orçamento de investimento 2026 (anexo I).

RENDIMENTOS DE EXPLORAÇÃO

A projeção dos rendimentos de exploração para 2026 foi elaborada com base no histórico operacional da empresa e na capacidade da sua infraestrutura instalada, seguindo uma abordagem prudente e realista. A estrutura de receitas assenta em três pilares fundamentais, cuja estabilidade e evolução futura estão, contudo, intrinsecamente dependentes da aprovação do novo Contrato de Gestão Delegada, que permitirá desbloquear o potencial completo do sistema.

O primeiro pilar, e aquele que garante a operacionalidade base do sistema, é a aplicação de tarifas pela receção e tratamento de resíduos urbanos dos municípios acionistas. O valor previsto no CGD 2020-2024 para 2026 é de 56,45 €/tonelada, refletindo uma atualização de 1,5% face ao ano anterior. Em conjunto com a Taxa de Gestão de Resíduos (TGR), esta rubrica de receitas garantidas representa aproximadamente 53,7% do volume de negócios expectável, sublinhando a sua criticalidade para a sustentabilidade financeira da empresa.

O segundo pilar, de importância quase equivalente, é a venda de materiais recicláveis. Estes provêm da recolha seletiva, da recolha porta-a-porta, do processo de triagem e da Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico. Os valores de contrapartida foram atualizados com base no Despacho n.º 12876-A/2024, de 29 de outubro, e esta rubrica contribui com cerca de 46,3% para o volume de negócios. A maximização destas receitas é um objetivo estratégico, diretamente ligado à eficiência operacional e aos investimentos previstos no novo CGD para modernização da triagem.

Quanto ao rendimento proveniente do contrato de partilha de infraestruturas celebrado com a Tratolixo, no orçamento anterior representou um impacto aproximado de 683 mil euros (cerca de 5,2% do volume de negócios). Importa salientar que a execução deste contrato terminou em 2025, pelo que o seu contributo não está contemplado nas receitas previstas para 2026. Esta quebra representa uma perda significativa de receita garantida, acentuando a vulnerabilidade financeira da empresa e reforçando, de forma crítica, a necessidade urgente de um novo enquadramento contratual próprio que compense esta lacuna e assegure a estabilidade financeira do sistema.

O Volume de Negócios previsto para 2026 situa-se cerca de 1,1% abaixo do valor orçamentado para 2025. Esta contração resulta fundamentalmente da cessação do contrato de partilha de infraestruturas com a Tratolixo, que representava uma receita garantida e significativa. A atualização dos valores de contrapartida dos materiais recicláveis, embora positiva, revela-se insuficiente para compensar integralmente esta quebra de receita, sublinhando a premência da aprovação do novo quadro contratual que permitirá estabelecer uma base financeira sólida e sustentável para o futuro.

Em síntese, a estrutura de rendimentos projetada demonstra a dualidade do modelo de negócio da RSTJ, equilibrando receitas garantidas pelos municípios com receitas de mercado voláteis. No entanto, a sustentabilidade de longo prazo deste modelo e a capacidade de capitalizar o potencial de crescimento das receitas de venda de materiais dependem decisivamente da estabilidade, previsibilidade e adequação tarifária que apenas o novo Contrato de Gestão Delegada pode garantir. A sua aprovação é, portanto, o elemento fundamental para assegurar a robustez futura da nossa estrutura de rendimentos.

Em anexo apresenta-se o orçamento dos rendimentos de exploração (anexo II).

GASTOS DE EXPLORAÇÃO

A projeção dos gastos de exploração para 2026 foi elaborada com base numa análise criteriosa dos custos correntes do último exercício, complementada com as perspetivas de evolução de preços no mercado e alinhada com as premissas estratégicas que suportam a presente proposta orçamental. A estrutura de custos aqui apresentada reflete um equilíbrio entre a necessária contenção financeira e a garantia da qualidade do serviço público, estando condicionada pela premissa fundamental da aprovação do novo Contrato de Gestão Delegada.

Gastos com o Pessoal: o orçamento contempla a manutenção de um quadro de 280 colaboradores, número estabilizado face a 2025, resultante de um diagnóstico detalhado das necessidades operacionais de todos os sectores. Esta dotação é considerada a mínima indispensável para assegurar a continuidade dos serviços e para dar resposta aos novos imperativos legais de regulação da atividade. Esta rubrica integra as atualizações salariais decorrentes de acordo setorial, o impacto da revisão do salário mínimo nacional, bem como todos os encargos sociais, seguros, e despesas associadas como fardamento, medicina no trabalho e equipamentos de proteção individual. Face ao orçamento de 2025, verifica-se um acréscimo global de 7,1%, que espelha a pressão inflacionista no custo do trabalho e o cumprimento das obrigações legais.

Fornecimentos e Serviços Externos (FSE): os Fornecimentos e Serviços Externos, que constituem a segunda rubrica de maior peso na estrutura de custos, registam uma redução próxima dos 15% face ao ano anterior. Esta contração resulta, em grande medida, de uma otimização de custos em áreas específicas, nomeadamente na redução de trabalhos especializados. É importante salientar que esta contenção orçamental implica um trade-off operacional significativo. A decisão de não realizar a lavagem de contentores de recolha seletiva multimaterial, por exemplo, tem um impacto direto e negativo no cumprimento do indicador RU 05 da ERSAR, que avalia a qualidade do serviço. Esta situação é insustentável a médio prazo e a sua reversão está dependente da estabilidade financeira que apenas o novo CGD poderá proporcionar.

Juros e Gastos Similares: Os encargos financeiros projetados para 2026 apresentam estabilidade face ao ano anterior, refletindo a premissa de que não será contraído financiamento bancário adicional. Esta opção conservadora está diretamente ligada à incerteza quanto à entrada em vigor do novo Contrato de Gestão Delegada. A execução do Plano de Investimentos, fundamental para o cumprimento das metas do PERSU 2030 e das condicionantes da DIA, exigirá, inevitavelmente, o recurso a financiamento, o que se refletirá numa futura revisão desta rubrica após a aprovação do CGD.

Em conclusão, a estrutura de gastos de exploração para 2026 foi construída sob um cenário de forte contenção e otimização de recursos. No entanto, importa sublinhar que várias das opções que suportam esta contenção comprometem a qualidade do serviço e a plena conformidade regulatória. A aprovação do Contrato de Gestão Delegada é, por conseguinte, imperativa não só para desbloquear o investimento, mas também para normalizar e adequar a estrutura de custos de exploração, garantindo um serviço público eficiente e de excelência.

Em anexo apresenta-se o orçamento dos gastos de exploração (anexo III).

ANEXOS

ANEXO I – PLANO DE INVESTIMENTO 2026

ANEXO II – RENDIMENTOS DE EXPLORAÇÃO

ANEXO III – GASTOS DE EXPLORAÇÃO

ANEXO IV – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS PREVISIONAL

ANEXO I – PLANO DE INVESTIMENTO

PLANO DE INVESTIMENTOS	2026
1. Investimentos DIA	**6 697 405,00**
1.1 Selagem da Célula 1 do Aterro Sanitário	3 192 135,00
1.2 Selagem da Célula 2 do Aterro Sanitário	700 000,00
1.3 Encaminhamento do Concentrado da ETAL para Destino Final Adequado - CIRVER *	1 000 000,00
1.4 Projeto de Execução das Redes de Drenagem	56 300,00
1.5 Construção das Redes de Drenagem	1 053 970,00
1.6 Projeto de Investigação no Contíguo Sítio Carregueira CNS 29379	80 000,00
1.7 Implementação de Soluções Construtivas de Gestão de Lixiviados	615 000,00
2. Aterro Sanitário	**1 589 748,00**
2.1 Construção de Muro de Suporte junto à Lagoa 1 e Construção de Tulhas para Armazenagem de Recicláveis	69 320,00
2.2 Construção de Muro de Suporte na Base do Talude junto à Lagoa 4	20 428,00
2.3 Aquisição de Terreno para a Célula 3 de Aterro e Área das Novas Lagoas de Lixiviado	1 500 000,00
3. Recolha	**19 215 871,00**
3.1 Reforçar e Melhorar Infraestruturas de Centros de recolha	2 000 000,00
3,2 Implementar nova linha de triagem de embalagens	7 906 196,00
3.3 Contentores Metálicos 30 m3	175 000,00
3.4 Unidades de Transferência para Biorresíduos	108 900,00
3.5 Viaturas de Transporte Ecocentros	1 254 375,00
3.6 Aumentar Proximidade e Otimizar Rede de RS Multimaterial - Viaturas de Recolha	3 625 000,00
3.7 Aumentar Proximidade e Otimizar Rede de RS Multimaterial - Aq. Ecopontos (2500L)	1 575 000,00
3.8 Aumentar Proximidade e Otimizar Rede de RS Multimaterial - Aq. de Contentores P-a-P (45L)	656 400,00
3.9 Conclusão da Construção do Ecocentro da Chamusca	350 000,00
3.10 Viaturas de Transferência (Amplirrol 25t)	1 400 000,00
3.11 Beneficiação e substituição de placas sinaléticas dos Ecopontos existentes	50 000,00
3.12 Renovação de Ecopontos/Contentores	60 000,00
3.13 Software de Planeamento e Gestão das Recolhas Seletivas	55 000,00
4. Valorização Multimaterial e Orgânica	**2 670 000,00**
4.1 Linha de alimentação dos Biorresíduos verdes e alimentares à Fase de Compostagem	720 000,00
4.2 Otimização do Funcionamento da UTMB - Equipamentos	1 500 000,00
4.3 Requalificação do Pavilhão de Compostagem e Armazém de composto	450 000,00
5. Outros Investimentos	**596 812,00**
5.1 Estratégia Integrada de Comunicação e Sensibilização	139 907,00
5.2 Apoio à Implementação e Melhoria da Gestão de Resíduos à Escala Municipal	100 000,00
5.3 Sistema de Desenfumagem da Triagem e Iluminação de Emergência	226 905,00
5.4 Equipamento Administrativo	25 000,00
5.5 Elevador de 4 colunas (30 ton) - Oficina de mecânica	30 000,00
5.6 Estudos e Projetos para a Otimização da Gestão e Operação do Sistema	75 000,00
	30 769 836,00

ANEXO II – RENDIMENTOS DE EXPLORAÇÃO

CONTA	DESCRIÇÃO	2026
71	**Vendas**	**6 007 941,14**
712	Produtos acabados e intermédios	27 263,83
7121	Electricidade (fotovoltaica)	27 263,83
713	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	5 980 677,31
7131	Produtos diversos	5 980 677,31
72	**Prestações de serviços**	**6 979 594,47**
721	Serviços Prestados	6 979 594,47
7211	Serviços Prestados - Mercado Nacional	6 979 594,47
73	**Variações nos inventários da produção**	**23 369,98**
731	Produtos acabados e intermédios	23 369,98
78	**Outros rendimentos e ganhos**	**568 681,64**
781	Rendimentos suplementares	93 590,70
7812	Aluguer de Equipamento	3 360,00
7816	Outros rendimentos suplementares	90 230,70
787	Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	69 204,00
7873	Rendas de imóveis	69 204,00
788	Outros	405 886,94
7883	Imputação de subsídios p/ investimento	405 886,94
	Total dos Rendimentos ...	**13 579 587,24**

ANEXO III – GASTOS DE EXPLORAÇÃO

CONTA	DESCRIÇÃO	2026
61	**Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas**	**5 155,00**
6122	Matérias-primas para a triagem	5 155,00
62	**Fornecimentos e serviços externos**	**4 464 400,53**
621	Subcontratos	180 223,05
6211	Outros Subcontratos	180 223,05
622	Serviços especializados	1 862 158,78
6221	Trabalhos especializados	223 428,00
6222	Publicidade e propaganda	27 015,00
6223	Vigilância e Segurança	84 672,00
6224	Honorários	59 900,00
6226	Conservação e reparação	1 459 791,30
6227	Serviços bancários e financeiros	7 352,48
623	Materiais	127 516,13
6231	Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	114 292,00
6233	Material de escritório	13 224,13
624	Energia e fluídos	1 614 881,80
6241	Electricidade	442 478,40
6242	Combustíveis	1 103 684,93
6243	Água	19 817,06
6244	Outros Fluídos	48 901,40
625	Deslocações, estadas e transportes	7 289,37
6251	Deslocações e estadas	7 289,37
626	Serviços diversos	672 331,40
6261	Rendas e alugueres	374 766,24
6262	Comunicação	34 955,00
6263	Seguros	195 634,00
6265	Contencioso e notariado	7 452,59
6267	Limpeza, higiene e conforto	59 523,57
63	**Gastos com o pessoal**	**6 267 196,66**
632	Remunerações do pessoal	4 613 860,32
6321	Pessoal - Remunerações	4 255 654,32
6322	Pessoal - Subs. Alimentação	358 206,00
635	Encargos sobre remunerações	1 010 717,90
6352	Enc. s/ Remunerações Pessoal	1 010 717,90
636	Seguros de acidentes no trab. e doenças profissionais	384 425,92
6361	Seguro AT - Pessoal	299 900,92
6363	Seguro Ac.Pes./Doença - Pessoal	84 525,00
638	Outros gastos com o pessoal	258 192,53
6381	Medicina Higiene Segurança no Trabalho	30 406,20
6382	Formação Profissional	20 000,00
6383	Fardamento de pessoal	25 794,24
6386	Outros Gastos c/ Pessoal (refeitório + Natal)	181 992,09

CONTA	DESCRIÇÃO	2026
64	**Gastos de Depreciação e de Amortização**	**1 213 330,56**
642	Activos Fixos Tangíveis	1 180 887,28
643	Activos Intangíveis	32 443,28
68	**Outros gastos e perdas**	**1 419 699,41**
681	Impostos	1 333 803,12
6811	Impostos directos	491,12
6812	Impostos indirectos	30 945,75
6813	Taxas	1 302 366,25
688	Outros	85 896,29
6882	Donativos	8 400,00
6883	Quotizações	13 853,04
6888	Outros não especificados	63 643,25
69	**Gastos e perdas de financiamento**	**200 210,60**
691	Juros suportados	200 210,60
	TOTAL dos Gastos ...	13 569 992,76

ANEXO IV – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS PREVISIONAL

RENDIMENTOS E GASTOS	2026
Vendas e serviços prestados	12 987 535,62
Subsídios à exploração	0,00
Variação de inventários	23 369,98
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-5 155,00
Fornecimentos e serviços externos	-4 464 400,53
Gastos com o pessoal	-6 267 196,66
Outros Rendimentos	568 681,64
Outros Gastos	-1 419 699,41
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	**1 423 135,63**
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-1 213 330,56
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	**209 805,08**
Juros e gastos similares suportados	-200 210,60
Resultado antes de impostos	**9 594,48**
Imposto sobre rendimento do período	-2 014,84
Resultado líquido do período	**7 579,64**

RELATÓRIO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS SOBRE OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

A RSTJ propõe-se a dar continuidade à mudança do paradigma da gestão de resíduos da região, em defesa do ambiente, da saúde e do bem-estar das atuais gerações e, sobretudo, das vindouras!

RELATÓRIO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS SOBRE OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL DE 2026

Introdução

Nos termos da alínea j) do nº 6 do artigo 25º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, procedemos à revisão dos Instrumentos de Gestão Previsional da RSTJ – Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M., S.A. (a Entidade) relativos ao período 2026, que compreendem a demonstração de resultados previsional, o orçamento de exploração e o plano investimentos, incluindo os pressupostos em que se basearam, os quais se encontram descritos no documento denominado por "Orçamento e plano de atividades de 2026. Plano plurianual de investimentos de 2026".

Responsabilidades do órgão de gestão sobre os instrumentos de gestão previsional

É da responsabilidade do órgão de gestão a preparação e apresentação de Instrumentos de Gestão Previsional e a divulgação dos pressupostos em que as previsões neles incluídas se baseiam. Estes Instrumentos de Gestão Previsional são preparados nos termos exigidos pelo artigo 42º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

Responsabilidades do auditor sobre a revisão dos instrumentos de gestão previsional

A nossa responsabilidade consiste em (i) avaliar a razoabilidade dos pressupostos utilizados na preparação dos Instrumentos de Gestão Previsional; (ii) verificar se os Instrumentos de Gestão Previsional foram preparados de acordo com os pressupostos; e (iii) concluir sobre se a apresentação dos Instrumentos de Gestão Previsional é adequada, e emitir o respetivo relatório.

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade 3400 (ISAE 3400) – Exame de Informação Financeira Prospetiva, e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Conclusão e opinião

Baseado na nossa avaliação da prova que suporta os pressupostos, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que esses pressupostos não proporcionam uma base razoável para as previsões contidas nos Instrumentos de Gestão Previsional da Entidade acima indicados. Além disso, em nossa opinião a projeção está devidamente preparada com base nos pressupostos e está apresentada de acordo com o exigido pelo artigo 42º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

Devemos, contudo, advertir que, frequentemente, os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais serão provavelmente diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

Lisboa, 7 de novembro de 2025

Tocha, Chaves & Associados, SROC, Lda.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas nº 181
representada por:

Paulo Dinis Delgado Chaves - ROC n.º 1085
Registado na CMVM com o n.º 20160697